

O TRÁFICO DE ANIMAIS SILVESTRES: UM OLHAR SOBRE A CIDADE DE NATAL, RN

Larisse Santos Cabral de OLIVEIRA (1); Vanda Maria SARAIVA (2); Bruno César Dias de ALBUQUERQUE (3)

(1) Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte, Av. Sen. Salgado Filho, 1559, Tirol, Natal-RN, CEP 59015-000, Fone/Fax: +55 (84) 4005-2600 / 4005-2694, e-mail: larisse_cabral@hotmail.com

(2) CEFET-RN, e-mail: adnav@cefetrn.br

(3) CEFET-RN, e-mail: bruno.bdca@gmail.com

RESUMO

O Brasil é um dos principais alvos dos traficantes da fauna silvestre devido a sua imensa biodiversidade, sendo o Brasil, desse mercado, detentor de aproximadamente US\$ 1 bilhão ao ano. O comércio ilegal de animais, uma das etapas do tráfico, gera impacto significativo para o desequilíbrio populacional dos ecossistemas, sobretudo no Rio Grande do Norte, onde os seus biomas de caatinga e mata atlântica já apresentam seqüelas oriundas da ação antrópica e do desmatamento desenfreado na região. O tráfico coloca os animais em péssimas condições, sendo estes dopados e maltratados, passando por situações de fome, sede e frio. Por estas razões, o presente trabalho tem como objetivo identificar os motivos que levam a prática deste crime, analisando assim suas origens e espécies traficadas. O estudo, que continua sendo desenvolvido, baseia-se em pesquisa exploratória, de caráter bibliográfico e documental, e em estudos de campo a partir de visitas sistemáticas às maiores feiras livres de Natal, para a observação “*in loco*” dos espécimes comercializados. Desta forma, espera-se que o trabalho aponte como resultado final as principais espécies vítimas do tráfico e a caracterização social e cultural das pessoas que estão ligadas a esse tipo de atividade, sejam como comprador ou vendedor.

Palavras-chave: Tráfico de animais, animais silvestres, Natal/RN.

1 INTRODUÇÃO

A relação entre os componentes de um ecossistema é essencial para a manutenção da vida em um espaço. Um é dependente do outro, existindo assim inter-relações entre si. Analisando pelo lado da ecologia, essas relações são baseadas na transferência de energia de um ser para as outras partes de um sistema.

Entretanto, vem se percebendo que o homem esqueceu essa relação de dependência, querendo apenas desfrutar dos bens naturais sem que sua parcela de contribuição a estes seja feita. Na verdade esta é uma questão antiga, mas que vem se agravando conforme as relações capitalistas se desenvolvem e dominam o espaço natural.

No Brasil, é notável que desde a sua colonização a relação entre homem e natureza é baseada em conveniências. Naquela época, a exploração do meio ambiente era objeto da ostentação e do luxo da nobreza européia. Uma atividade executada desde essa época, porém pouco notada na história por causa da sua clandestinidade, é o tráfico de animais silvestres. Seja dentro do território ou no exterior, a fauna brasileira agregou um valor econômico as suas espécies. A diversidade da fauna é enorme e a cada dia que passa novas espécies são descobertas. Por essas razões, o Brasil tornou-se um dos maiores alvos do tráfico mundial de animais. Os números são alarmantes, só perdendo para o tráfico de drogas e de armas.

Esta atividade (o comércio) ilícita tem uma de suas etapas praticada em feiras livres ou em estabelecimentos comerciais não autorizados pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) como também em esquemas organizados, sendo estes executados para a comercialização dos animais e seus derivados no exterior, prática conhecida como biopirataria.

A nível estadual, o Rio Grande do Norte possui uma rica biodiversidade de espécies animais. Boa parte do seu território sobre a influência do bioma Caatinga, caracterizado pela aparência seca, sem vida. Ao contrário do que se pensa, o Estado sofre com as ações ilegais do tráfico de animais, principalmente com as aves características deste bioma, que chamam a atenção pela sua beleza e exuberância.

Porém, as informações a respeito da atividade no Estado são superficiais, não gerando a oportunidade de fazer uma análise mais detalhada da prática. Os órgãos governamentais responsáveis pela fiscalização e combate ao tráfico de animais até possuem estes dados, mas eles só são aplicados para fins estatísticos e de acompanhamento temporal da atividade.

Não existem estudos locais que mostrem o comportamento da atividade, suas causas e motivações. Pensando nisso, a pesquisa intitulada “Tráfico de Animais Silvestres: um olhar sobre o Rio Grande do Norte”, que está em desenvolvimento, objetiva esclarecer as questões que envolvem o tráfico de animais silvestres no Estado, identificando os agentes e os motivos alegados desde a captura até a venda e compra. A descoberta destas questões ainda traz como outro objetivo a caracterização do perfil social e cultural dos agentes envolvidos com o tráfico e, a partir disso, gerar uma análise crítica do problema.

Esta pesquisa é financiada pelo Programa de Bolsa de Iniciação Científica do CEFET-RN. Desta forma, o presente artigo contará com as análises parciais dos dados coletados até o mês de julho na cidade de Natal, sendo as feiras livres o principal objeto de estudo.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

De acordo com a Lei de Crimes Ambientais – lei nº 9605/98 –, são considerados animais silvestres “todos aqueles pertencentes às espécies nativas, migratórias e quaisquer outras, aquáticas ou terrestres, que tenham todo ou parte de seu ciclo de vida ocorrendo dentro dos limites do território brasileiro, ou águas jurisdicionais brasileiras” (BRASIL, 1998, Art. 29, § 3).

São eles as maiores vítimas do tráfico de animais no Brasil. As cifras desta atividade no país representam números consideráveis. Segundo ELABRAS (2003), “estimativas bem realistas sugerem quantias próximas a US\$ 1 bilhão/ano”(p.18).

Entende-se como “tráfico de animais” todos os mecanismos envolvidos na apanha e venda das espécies. Apesar da tendência de associar o tráfico apenas ao crime organizado, é importante lembrar que além dessa faceta, existem outras modalidades a serem discutidas. É o caso, por exemplo, do tráfico voltado para a subsistência. Ela se concentra basicamente no momento da apanha dos animais, onde o indivíduo agente da ação visa o próprio sustento ou o de sua família. Os animais são vendidos a preços baixos.

Outra modalidade relevante é o tráfico sob encomenda, o qual é realizado principalmente nas feiras. De forma geral, quando não há disponibilidade do animal, ele é encomendado e transportado até o comprador. Esse tipo de comércio é privilegiado pelas falhas das leis que proíbem a atividade e punem os infratores.

Há quadrilhas organizadas e especializadas no tráfico de animais e que são bem estruturadas para a venda ilegal. Cerca de 70% do comércio é para o consumo interno e o restante é exportado (RENCTAS, 2008). Este tráfico envolve um grande número de pessoas, iniciando com os capturadores ou caçadores (geralmente pessoas muito pobres e que conhecem o habitat dos animais) que o fazem por questão cultural e econômica - aprendido quando criança através do pai ou por alguém da família, e que as usam para ajudar na renda familiar (ROCHA et al, 2006).

A captura acontece em lugares em que há grande biodiversidade: como a região Norte, o Pantanal e o Nordeste — regiões pobres do ponto de vista sócio-econômico. As principais áreas de captura estão nos estados do Maranhão, Bahia (Milagres, Feira de Santana, Vitória da Conquista e Cipó), Mato Grosso do Sul, Mato Grosso (Cuiabá), Goiás, Tocantins, Minas Gerais e região amazônica. Depois, o animal passa por vários intermediários até chegar aos grandes comerciantes que ficam no eixo Rio - São Paulo (GIOVANINI, 2002).

Os destinos desses animais seguem diferentes rotas: muitos são vendidos ilegalmente em feiras, outros vão para criadores ou criadouros, quando exportados, o destino é normalmente a Ásia, a Europa ou os Estados Unidos. É comum acharmos na feira de Praga (Europa) araras brasileiras por 4 mil reais, ou seja, o animal que foi capturado por 50 centavos (R\$0,50) é vendido por oito mil vezes mais, gerando a chamada biopirataria (RENCTAS, 2008).

Agora, apesar das falhas, o aparato legislativo que controla o manejo e criação de animais silvestres no Brasil é louvável. Infelizmente, ocorre falta de comunicação entre os setores do governo para promover as ações de combate ao tráfico. Em relação a infra-estrutura do Estado, THÚLIO (2008), chefe do setor de fiscalização do IBMA-RN, ressalta:

A infra- estrutura atual do IBAMA não comporta a demanda de todo o Estado. Nós contamos com cerca de 45 funcionários para efetuar a fiscalização em todo o Estado quando no mínimo seria essencial a participação de 150 nas atividades. Há promessas do governo de promover concurso para a entrada de 3.000 funcionários no quadro do Estado. Esperamos que isso, de fato, ocorra. Além disso, nossa frota de veículos é pequena e com carros antigos. Geralmente, quando vai se executar uma ação, carros são alugados. Ainda, contamos com algumas parcerias. Em Natal temos o apoio da guarda municipal que executam ações fiscalizadoras nas feiras livres da cidade (mas as apreensões são feitas por nós). Em Mossoró contamos com o apoio da Polícia Federal.

Apesar da necessidade de se discutir a temática relacionada à legislação que combate este crime, não se pode esquecer das maiores vítimas do tráfico: os animais. Eles deixam de ser propriedade comum e passam a ser objeto de ostentação, agregando a si um valor econômico. Além de perder seu habitat natural, eles são submetidos a situações de frio, calor, sede e fome. Situações como estas podem incomodar qualquer um, até o próprio homem. Tudo isso, fundamentado principalmente na vaidade humana de querer para si as belezas da natureza.

É incontestável que durante todo este processo o animal não sinta dor. Apesar de homem não poder identificar com certeza se ele sente ou não desconforto, ele pode prezar pela aplicação do princípio da igual consideração. Assim, diz SINGER (2004) que:

Há, evidentemente, diferenças importantes entre os seres humanos e outros animais e tais diferenças devem dar origem a outras tantas nos direitos de cada um. O reconhecimento

deste fato evidente, entretanto, não impede o argumento em defesa da extensão de princípio básico da igualdade a animais não-humanos (p.03).

Desta forma, deve-se ao menos buscar a relação harmônica entre os animais, humanos ou não, respeitando assim o espaço de cada um e não contribuindo assim com o tráfico de animais silvestres.

Outro contexto em que se enquadra o tráfico é o fato dos brasileiros ter arraigado às suas atitudes a cultura de criar animais em casa. Isso não quer dizer que o certo é não criá-los, mas que é importante saber a procedência do animal, não privá-los de seus hábitos comuns e não causar a ele qualquer tipo de dano. O próprio IBAMA, por meio da portaria nº 093/1998 define quais as espécies são domesticáveis. Sendo assim, a melhor forma de proteger as espécies silvestres é os mantendo no seu local de origem, no convívio junto aos seus semelhantes. THÚLIO (2008) enfatiza bem esta questão, quando diz que os maiores problemas do tráfico no Rio Grande do Norte, cuja capital é Natal, são:

primeiro as feiras livres, em que o comércio dos animais é feito de maneira aberta e descarada; outro aspecto seria o comércio interno no Estado, financiado pelas pessoas comuns que desejam ter em suas casas um animal silvestre; e, por último, seria a cultura da população, que repassa aos seus descendentes ou que a criação de animais em cativeiro é uma prática normal, contribuindo assim para que o tráfico torne-se um ciclo sem fim.

Este tipo de comportamento em relação ao tráfico mostra que pouco se conhece sobre a fauna brasileira. A população sabe mais da vida de animais selvagens, espécies não-endêmicas dos ecossistemas brasileiros, do que dos próprios animais que convivem no dia-a-dia, como uma galinha ou um pássaro.

Esse fato é proveniente, além de outros motivos, da força que a mídia exerce sobre a sociedade, principalmente se tratando de um país em desenvolvimento como o Brasil, que recebe forte influência daqueles que são desenvolvidos. A prova são os documentários, como, por exemplo, os produzidos pelas TV's estrangeiras (BBC, Discovery Chanel, Animal Planet, etc.). Sendo assim, do que adianta enxergar o horizonte se não conseguimos distinguir o que está a um palmo de distância dos nossos olhos?

3 METODOLOGIA

Pensando em uma melhor articulação das ações e obtenção dos resultados, a pesquisa está sendo desenvolvida em duas etapas: a primeira é composta por levantamentos bibliográfico e documental. À nível bibliográfico englobam a análise de trabalhos já desenvolvidos sobre o assunto, como também consulta à literatura das mais variadas áreas da ciência, como a filosofia e a economia, que abordam temáticas ligadas ao meio ambiente e sua interação com os homens.

Já o levantamento documental é baseado na coleta de dados, tanto dos órgãos governamentais, como o IBAMA, como também das organizações não governamentais (ONG's) envolvidas nas causas do combate ao tráfico de animais silvestres, como a World Wide Fund for Nature (WWF) e a Rede Nacional de Combate ao Tráfico de Animais Silvestres (RENCTAS). Também há consulta a legislação que normatiza as ações ligadas ao manejo e cuidados dos animais silvestres.

A segunda etapa da pesquisa baseia-se no estudo de campo das áreas onde há o comércio de animais, a partir de visitas aos locais onde há indícios da prática, sendo focada a ação nas feiras livres de Natal, durante todo o mês de julho. Para a observação do real, foram selecionadas as maiores feiras da cidade, considerando os números de bancas e de feirantes cadastrados no órgão responsável pela promoção e organização destas feiras (no caso, a Secretaria Municipal de Serviços Urbanos – SEMSUR).

As feiras visitadas foram as seguintes:

- | | |
|------------------------|------------|
| → Alecrim | → Planalto |
| → Carrasco | → Rocas |
| → Igapó | → Santarém |
| → Parque dos Coqueiros | |

Quanto a obtenção das informações em campo, desejou-se *a priori* executar a aplicação de questionários semi-estruturados, enfatizando questões sócio-culturais ligadas à atividade ilegal. Porém, para alcançar maior riqueza nas informações coletadas, substituiu-se este método pela entrevista informal.

Os resultados parciais da pesquisa expostos neste artigo são demonstrados na forma de análises gráficas e estatísticas, e os dados coletados em campo foram ilustrados em um mapa, de acordo com a ocorrência da venda ilegal de animais. Para estes fins, usou-se o *software ArcGis 9.2*.

4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Além dos dados obtidos através das visitas de campo, há aqueles conseguidos no Centro de Triagem de Animais Silvestres (CETAS) do IBAMA-RN. É lá que ocorre o tratamento dos animais apreendidos ou entregues voluntariamente. Abaixo (figura 1), tem-se a amostra de alguns animais que passaram (ou continuam passando) pelo centro:

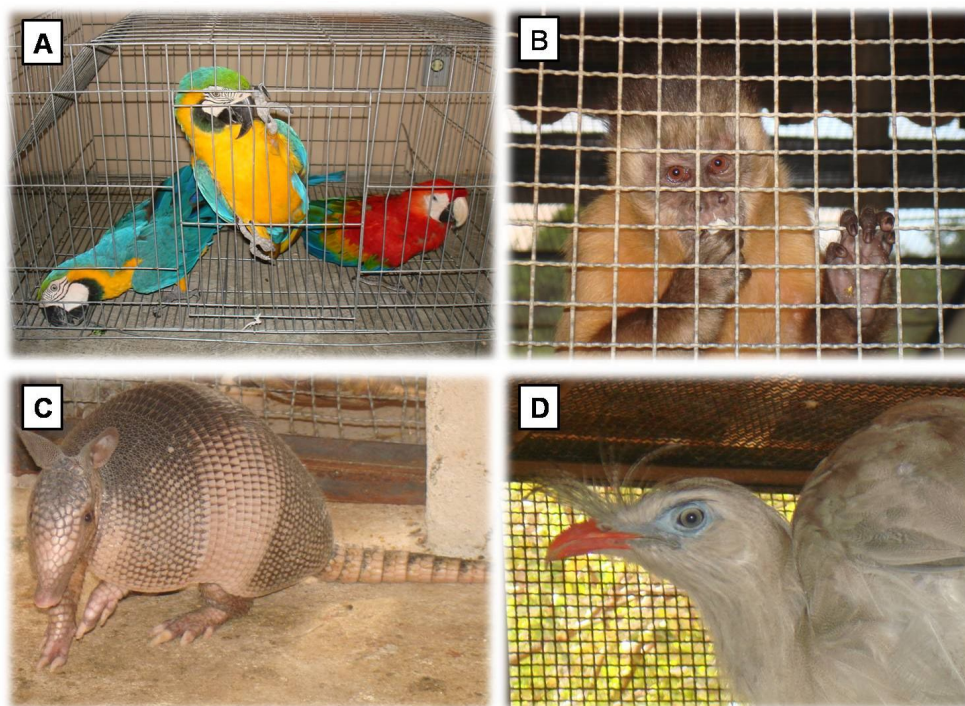


Figura 1: Espécies encontradas no IBAMA-RN oriundas de apreensão ou entrega voluntária: (A) Araras Canindé (*Ara arararuna*), (B) Macaco Prego (*Cebus sp.*), (C) Tatu Verdadeiro (*Cabassous sp.*) e (D) Seriema (*Cariama cristata*). Fonte: IBAMA-RN, 2008

A análise dos números cedidos pelo órgão revelam que, em âmbito estadual, entre 2006 e junho deste ano (2008) chegaram ao centro cerca de 3.766 passeriformes provenientes de apreensões da polícia ambiental como também por “entrega voluntária”, termo dado aos membros da sociedade que resolvem entregar seus animais silvestres aos cuidados do IBAMA para depois soltá-los em seu *habitat* natural. Em se tratando desta modalidade de entrada no órgão, no referido período obteve-se o número de 841 espécimes, cerca de 22% do número total de entradas.

Isso traduz o comportamento da população que, por achar uma atitude normal criar as espécies silvestres em ambiente doméstico, os mantêm junto a si, ignorando os perigos que estes animais podem oferecer como também o dano ofertado a ele por estar afastado do seu ambiente natural.

Ainda em relação aos animais que dão entrada no órgão, após passado o período de triagem e reabilitação, eles são doados para zoológicos e criadores cadastrados no IBAMA ou, caso exista condições adaptativas

dos animais, são reinseridos em seu *habitat*. As estatísticas revelam que 1.576 animais foram soltos nesse período e 974 animais chegaram a óbito. Este número de mortes revela que os animais sofrem bastante ao longo dos processos que segue o tráfico, não resistindo à violência sofrida.



Figura 2: Material apreendido pelo IBAMA-RN: (A) gaiolas, (B) carros usados na captura e transporte de Arribaças, (C) gaiolas camufladas e (D) mais gaiolas prestes a serem destruídas. Fonte: IBAMA-RN, 2008; OLIVEIRA, 2008

Na figura 2, visualizam-se alguns dos materiais utilizados no transporte dos animais ao longo das etapas do tráfico. As fotos (A) e (D) mostram bem o principal meio de locomoção de aves, sendo estas muitas vezes mal acomodadas nas gaiolas por não possuírem dimensões proporcionais ao porte do animal. Já na foto (B) são expostos os carros apreendidos pelo IBAMA-RN por transportar e dar apoio aos apanhadores de arribaça no interior do Estado. Ainda, na foto (C) observa-se a “camuflagem” que alguns traficantes utilizam no caso de percorrer distâncias consideradas ou quando há risco para o traficante de ser pego em flagrante, como por exemplo transportar animais em uma viagem de ônibus.

Para os dados coletados em campo, observou-se que em Natal existe apenas a atividade de venda dos animais, cabendo a outros municípios próximos o papel da captura. Esta característica pode ser explicada pela influência natural que uma capital possa trazer aos diversos setores da sociedade. Entretanto, outros fatores devem ser considerados.

Percebeu-se também que o próprio modo de venda dos animais é clandestino. Não há qualquer tipo de alvará ou licença para a venda de suas “mercadorias” nesses locais. As barracas e tendas destinadas a este comércio são montadas em ruas adjacentes às feiras, facilitando ainda a fuga no caso de fiscalização.

Outro fato observado nas feiras é que apenas aves, especificamente os pássaros, são os objetos da venda ilegal. Dificilmente encontrou-se um mamífero. Esse fato foi observado apenas na feira do Carrasco, onde um Tatu-peba estava à venda. Abaixo, têm-se as espécies mais recorrentes nas feiras analisadas por esta pesquisa:

Tabela 1: Espécies encontradas nas visitas das principais feiras livres de Natal e seus respectivos nomes científicos, preço médio e quantidades de espécies encontradas

NOME POPULAR	NOME CIENTÍFICO	PREÇO MÉDIO (R\$)	QUANTIDADE DE ESPÉCIMES
Azulão	<i>Passerina brissonii</i>	13,00	07
Bigode	<i>Sporophila lineola</i>	7,00	09
Caboclinho	<i>Sporophila nigrorufa</i>	10,00	01
Canário-da-terra	<i>Sicalis flaveola</i>	50,00	01
Curió	<i>Oryzoborus angolensis</i>	15,00	02
Galo-de-campina	<i>Paroaria dominicana</i>	28,00	11
Pássaro-preto	<i>Turdus merula</i>	22,00	02
Sabiá	<i>Turdus sp.</i>	8,00	04
Sibite	<i>Coereba flaveola</i>	5,00	04
Socó	<i>Butorides striatus</i>	20,00	01
Jandaia	<i>Aratinga solstitialis</i>	20,00	02
Tatu-peba	<i>Euphractus sexcinctus</i>	30,00	01

Vale salientar que o preço médio de alguns animais acima listados não é um número representável. Os preços em que eles eram vendidos oscilavam muito de feira para feira, sendo variáveis importantes a se considerar a localização (da feira), as condições físicas do animal e a quantidade de espécimes que o vendedor possuía no momento.

Além disso, o estudo gerou atributos suficientes para promover a caracterização do perfil dos vendedores. Os indícios levaram a crer que a comercialização dos animais silvestres é uma alternativa de sobrevivência, pois, em sua maioria (para não dizer em sua totalidade), eles têm consciência de estar praticando uma atividade ilegal, mas não a deixam de praticar por causa da renda mensal de cada um.

Foi constatado que as pessoas que executam a venda têm rendimento de 1 a 2 salários mínimos, sendo esta ainda a principal fonte de renda do domicílio. Além disso, todas elas eram do sexo masculino, possuindo aparentemente idades entre 19 e 50 anos.

Apesar de todas as generalizações feitas até agora, é importante dizer que algumas feiras possuíam características peculiares que são significantes a sua exposição.

Por exemplo, na feira do Alecrim, um fato que chamou a atenção foi o “marketing de vendas” adotado pelos vendedores que, para chamar a atenção dos seus possíveis clientes, fazia uso de gravações em CD do canto de pássaros. Abaixo, foto tirada na visita a esta feira: as aves engaioladas e, ao fundo, a reunião de alguns dos vendedores encontrados no momento.



Figura 3: Pássaros silvestres e, ao fundo, os vendedores, na feira do Alecrim. Fonte: OLIVEIRA, 2008

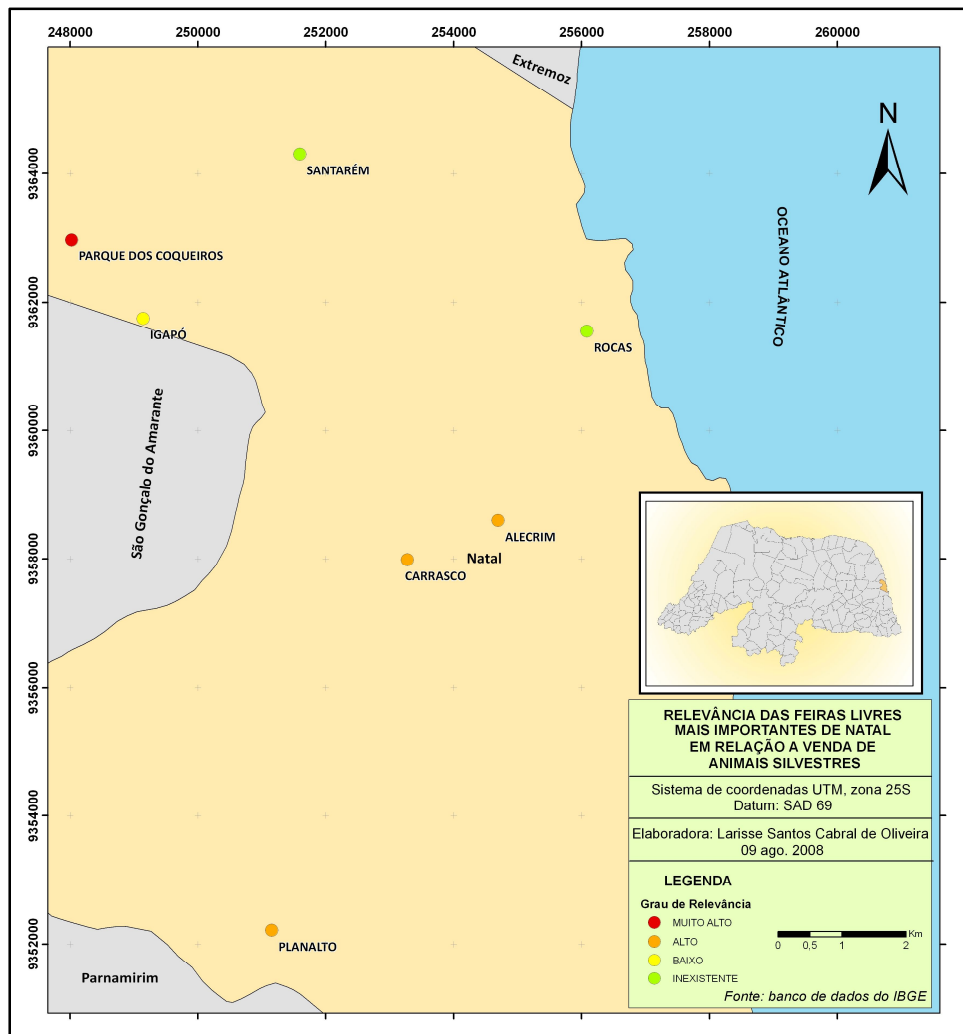
Já na feira do Parque dos Coqueiros foram encontrados vários animais feridos, alojados em gaiolas minúsculas e sem comida. Percebeu-se ainda a forte presença de crianças na venda das aves. Pondo de lado a questão social, na qual se espera que elas estejam na escola e não nas feiras, há o problema de que elas têm agregado a sua cultura o fato de que a apanha, a venda e a criação de animais silvestres (principalmente os pássaros) em ambiente doméstico é uma prática comum, que não demanda comportamentos ou ações específicas e cautelosas.

Na feira do Planalto foi observada a presença de poucos vendedores e muitos criadores, os quais deixavam suas aves em exposição para que os demais pudessem apreciar sua beleza e o seu canto. Entretanto, isso não significa dizer que eles são puramente criadores: uma oferta tentadora pode levá-lo a vender seu animal.

Ainda, na feira do Carrasco, percebeu-se que o local escolhido pelos vendedores para o comércio é estratégico: em caso de fiscalização por parte da polícia ambiental, eles têm como se dispersar no local, uma vez que existem ruas paralelas: literalmente, “eles saem pela tangente” ao fugir da fiscalização.

Agora, superando as expectativas da pesquisa, nas feiras do Santarém e das Rocas não foram encontrados indícios da venda de animais silvestres.

Em seguida, estão dispostas no mapa a localização das feiras analisadas neste artigo e seus respectivos graus de relevância em relação ao comércio ilegal dos animais silvestres.



Mapa 1: Localização das feiras livres mais importantes de Natal (RN) e seus respectivos graus de relevância em relação ao comércio dos animais silvestres

A definição do grau de relevância de cada feira livre foi baseado na quantidade de espécies diferentes encontradas no dia da visita e no número de exemplares de cada uma destas, gerando assim um *ranking* que varia entre baixo e alto ou ainda podendo se classificar como inexistente para os casos em que não foi observado qualquer indício de comércio de animais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi exposto neste artigo, a análise preliminar do tráfico de animais silvestres em Natal permitiu a identificação superficial das motivações que levam a prática desta atividade. Além disso, acredita-se que o tráfico de animais silvestres na capital, de fato, não exista. O que há na cidade é a execução da compra, venda e troca de animais provenientes dos mais variados ecossistemas, (como é o caso do tatu-peba, capturado na região da caatinga) uma vez que não há condições para os animais se manterem na cidade já que seu hábitat foi modificado. Estas práticas foram notadamente observadas nas feiras livres semanais, onde a fiscalização é frágil.

Porém, os resultados evidenciados neste artigo são parciais da pesquisa, assim são passíveis de alterações tendo em vista que ocorreu apenas uma visita a cada feira. Para obter um resultado confiável, se fazem necessárias mais visitas periódicas a estes locais, que podem vir a ocorrer no decorrer da pesquisa.

Todavia, espera-se que novas descobertas venham a ser feitas, colaborando ainda mais para caracterização deste problema e, quem sabe, ajudar as autoridades responsáveis (no caso, o IBAMA) a conhecer melhor a situação atual da cidade e atuar de forma mais eficiente.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei de Crimes Ambientais**. Lei nº 9.605: Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Brasília: MMA, 1998.

ELABRAS, Ricardo Bechara. Operações de repressão aos crimes ambientais : procedimentos e resultados. In : **Animais Silvestres : vida à venda**. Dener Giovanini (Org.). Brasília : Dupligráfica, 2003 (p.75-88).

GIOVANINI, Dener. **1º Relatório Nacional sobre o tráfico de Fauna Silvestre**. Brasília: Rede Nacional de Combate ao Tráfico de Animais – RENCTAS, 2002.

IBAMA-RN. **Centro de Triagem de Animais Silvestres: fotos 2007 e 2008**. 2008. 6 fotografias.

OLIVEIRA, Larisse Santos Cabral de Oliveira. **Tráfico de animais silvestres no Rio Grande do Norte**. 2008. 3 fotografias. Coleção particular.

REDE NACIONAL DE COMBATE AO TRÁFICO DE ANIMAIS SILVESTRES – RENCTAS, 2008.
Disponível em: <http://www.renctas.org.br/pt/home>. Acesso em: 20 abr. 2008.

ROCHA, Michelle da Silva Pimentel. *Et al.* **Aspectos da comercialização ilegal de aves nas feiras livres de Campina Grande, Paraíba, Brasil**. In: Revista de Biologia e Ciências da Terra. João Pessoa, vol. 6, n. 2, 2º sem. 2006. Disponível em: <http://www.uepb.edu.br/eduep/rbct/sumarios/pdf/comercializacaoilegalaves.pdf>. Acesso em: 07 jun. 2008.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS – SEMSUR. Programação das feiras livres em Natal. Disponível em: <http://www.natal.rn.gov.br/semsur/paginas/ctd-40.html>. Acesso em: 07 jun. 2008, 15:27

SINGER, Peter. **Libertação Animal**. Porto Alegre: Lugano, 2004.

THÚLIO, Jean. **Questionamentos sobre o tráfico de animais silvestres no Rio Grande do Norte**. Entrevistadores: Bruno César Dias de Albuquerque; Larisse Santos Cabral de Oliveira. Entrevista concedida ao projeto de pesquisa “Tráfico de Animais Silvestres: um olhar sobre o Rio Grande do Norte”. Natal, 2008.